



RELATÓRIO CONCLUSIVO ANUAL

3º QUADRIMESTRE
2022



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



INTRODUÇÃO

Com embasamento termos do art. 31 da Constituição da República, de acordo com as atribuições e deveres que dispõe a Lei Municipal Nº 2.671 de 05 de agosto de 2014, afim de cumprir fielmente o contido em todos os Incisos do §1º, do Art. 6º, da Lei Complementar Municipal Nº 58 de 06 de maio de 2020, e buscando auxiliar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresentamos o presente Relatório Conclusivo, elaborado pela Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Mongaguá, que vai acompanhado do Certificado de Auditoria e Parecer do seu responsável, e tratam dos exames realizados sobre os atos e fatos da gestão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, praticados durante o período de janeiro a dezembro de 2022.

A Controladoria Geral do Município, de forma geral, tem exercido atividades fiscalizadoras preventiva, procurando acompanhar as fases da despesa e as execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais, dirimindo dúvidas, orientando e tomando as providências necessárias para resguardar com maior eficiência a legalidade e a economicidade dos atos praticados.

Examinamos a Prestação de Contas do exercício de 2022, bem como realizados exames complementares por amostragem, na extensão julgada necessária, tendo por base os relatórios trimestrais e os procedimentos da despesa, com objetivo de emitir opinião sobre a regularidade e avaliação dos controles administrativos, bem como o cumprimento da legislação vigente.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Examinamos a Prestação de Contas do exercício de 2022, estando está com todas as peças e documentos exigidos, tão quanto analisamos a Gestão do Município e funcionamento dos demais setores com um todo.

Este documento tem por foco apresentar a análise das regularidades fiscais e legais dos atos desta Prefeitura, de sua gestão e demais responsáveis, apurando possíveis falhas e/ou irregularidades, recomendando providencias para regularização das mesmas, elaboração de quadro-síntese e conclusão final.

A seguir, apresentamos os dados e gráficos utilizados para a elaboração do presente Relatório Conclusivo e os respectivos Certificado e Parecer que o acompanham, subdivididos por área e tema.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Gestão Orçamentária - Apuração até 31/12/2022

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual nº 3.205 de 09 de dezembro de 2021, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2022, a receita foi estimada em R\$330.334.000,00.

Na composição desse valor, estão englobadas as receitas correntes consolidadas R\$346.511.596,32, as receitas de capital R\$27.121.551,58, assim como a correspondente dedução do FUNDEB R\$16.004.711,24.

Verificou-se, ainda, que até o mês da geração desse relatório, foi arrecadado e apropriado pelo regime de caixa, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4320, de 1964, o montante de **R\$357.628.436,66 de Receitas Realizadas, ou seja, de 108,26% sobre o valor estimado na LOA.**

Destacamos, para fins de apuração do resultado orçamentário, que houve transferências de duodécimos da ordem de R\$11.785.000,00 conforme quadro demonstrativo da despesa empenhada, liquidada e paga:

DESCRIPTIVO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADADA	PAGA
DESPESAS CORRENTES	343.615.096,83	308.970.730,57	302.981.405,45
DESPESAS DE CAPITAL	92.136.533,90	32.166.888,42	29.922.034,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DESPESA COM DUODÉCIMOS E TRANSFERÊNCIAS	435.759.830,73	341.137.618,99	332.903.440,10
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (SOBRE RECEITAS REALIZADAS)	-78.131.394,07	16.489.817,67	24.724.996,56

Observado Superávit Orçamentário de R\$16.489.817,67, ou seja, Superávit de 104,83%.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Disponibilidade Comprometida - Apuração até 31/12/2022

A classificação por fontes ou destinações de recursos (FR) tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Em regra, as fontes ou destinações de recursos reúnem recursos oriundos de determinados códigos da classificação por natureza da receita orçamentária, conforme regras previamente estabelecidas. Por meio do orçamento público, essas fontes ou destinações são associadas a determinadas despesas de forma a evidenciar os meios para atingir os objetivos públicos.

Este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

Art. 8º

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

O quadro abaixo tem como objetivo verificar a correta aplicação e o fluxos dos recursos a sua finalidade específica.

FUNTE DE RECURSO	DISPONÍVEL	COMPROMETIDO	SUFICIÊNCIA
TESOURO	6.499.379,94	4.218.537,73	2.280.842,21
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	15.727.041,26	1.511.911,32	14.215.129,94
TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	20.625.140,09	2.415.229,84	18.209.910,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.706.459,81	0,00	3.706.459,81
EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,00	88.500,00	-88.500,00
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIO	2.702.481,82	2.837.518,93	-135.037,11
TOTAL	49.260.502,92	11.071.697,82	38.188.805,10



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação no Ensino - Apuração até 31/12/2022

Específico à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município teve uma receita de impostos e transferências correspondente ao montante de R\$189.908.610,09.

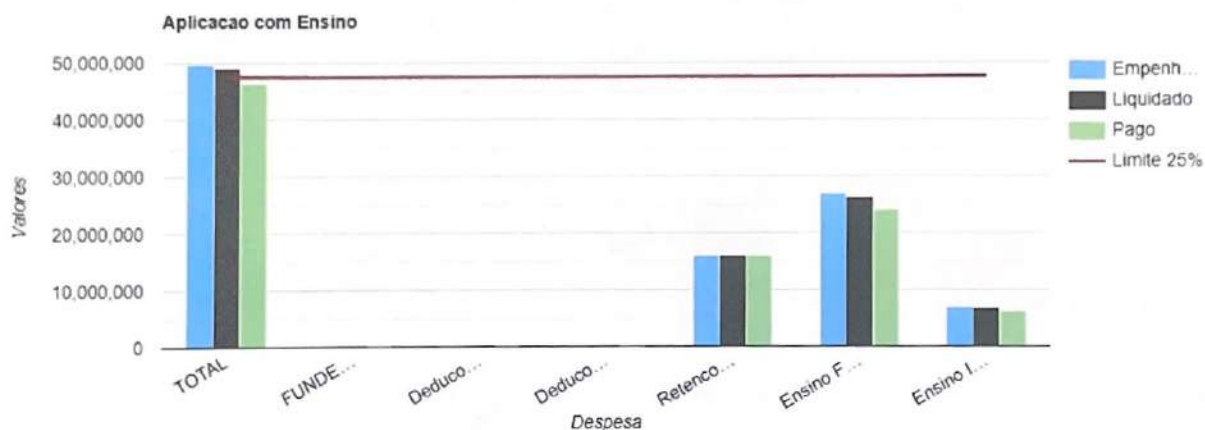
Conforme determina o artigo 212, da Constituição Federal, o valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino deve ser de R\$47.477.152,52, equivalente a 25% da receita.

As despesas com o ensino infantil e fundamental (empenhadas, liquidadas e pagas), assim como os percentuais respectivos estão demonstradas no quadro a seguir:

Receitas e Transferências de Impostos:	189.908.610,09					
Valor de aplicação mínima (25%):	47.477.152,52					
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Ensino Infantil	6.903.418,81	3,64	6.773.482,70	3,57	6.239.076,08	3,29
Ensino Fundamental	26.946.110,49	14,19	26.319.949,01	13,86	24.282.112,01	12,79
Retenções FUNDEB	16.004.711,24	8,43	16.004.711,24	8,43	16.004.711,24	8,43
Deduções Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB retido e não aplicado no retorno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49.854.240,54	26,25 %	49.098.142,95	25,85 %	46.525.899,33	24,50 %

Do quadro acima, considerando a despesa empenhada, conclui-se que o Município aplicou **1,25 % acima do limite constitucional em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.**

Na mesma linha, atentando-se à despesa liquidada, temos que o Município aplicou **0,85 % acima do limite constitucional.**





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação na Saúde - apuração até 31/12/2022

Conforme dispõe o artigo 77, III, § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Município deve aplicar 15% nas ações e serviços de saúde.

Considerando o total de receita de impostos de R\$185.770.395,94, a aplicação mínima corresponde a um investimento nas ações da saúde da ordem de R\$27.865.559,39.

Desta forma, considerando as informações contidas no quadro abaixo, especialmente analisando a despesa empenhada, o Município deu pleno atendimento ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Receitas e Transferências de Impostos:	R\$185.770.395,94					
Valor de aplicação mínima (15%):	R\$27.865.559,39					
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Despesas com ações e serviços públicos	68.293.474,36	36,76 %	62.180.357,06	33,47 %	61.769.896,42	33,25 %
(-) Despesas com Aposentadoras	36.322,04	0,02 %	36.322,04	0,02 %	36.322,04	0,02 %
(-) Despesas com Pensões	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total das despesas com ações e serviços	68.257.152,32	36,74 %	62.144.035,02	33,45 %	61.733.574,38	33,23 %





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Despesas com Pessoal - apuração até 31/12/2022

Na análise da despesa com pessoal, foi necessário apurar a Receita Corrente Líquida (RCL) conforme as normas contábeis em vigência.

Desta forma, a RCL dos últimos doze meses (01/2022 a 12/2022), conforme normas e metodologias da Secretaria do Tesouro Nacional, corresponde a R\$330.506.885,08.

Além disso, tendo-se em vista que a despesa total com pessoal para o mesmo período (01/2022 a 12/2022) foi da ordem de R\$125.860.317,21, foi possível apurar o percentual da despesa de pessoal, conforme abaixo:

DESCRIPTIVO	VALOR DE REFERENCIA	% REFERÊNCIA
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	178.473.717,94	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	169.550.032,04	51,30 %
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	160.626.346,15	48,60 %
PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (Liquidado)	125.860.317,21	38,08 %

Em análise ao quadro percebe-se o devido **cumprimento aos limites legais estipulados.**



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Despesas com Encargos Sociais - Apuração até 31/12/2022

A análise das despesas com encargos sociais é feita apenas com a finalidade de demonstrar se a entidade tem honrado para com seus compromissos de origem previdenciária/trabalhista.

Assim, segue as despesas empenhadas, liquidadas e pagas para essas naturezas.

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
ADMINISTRACAO GERAL E PATRIMONIO – [CONTRIBUIÇÕES	865.420,30	865.420,30	797.257,76
ADMINISTRACAO GERAL E PATRIMONIO – [FGTS]	313.944,44	313.944,44	281.144,23
CULTURA – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	90.317,78	90.317,78	81.582,86
CULTURA – [FGTS]	31.375,25	31.375,25	27.125,63
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	11.060,28	11.060,28	10.217,91
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL – [FGTS]	3.846,94	3.846,94	3.413,46
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	239.168,85	239.168,85	217.280,72
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – [FGTS]	83.510,37	83.510,37	72.692,45
EDUCACAO – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	9.343,39	9.343,39	8.006,53
EDUCACAO – [FGTS]	3.209,41	3.209,41	2.568,43
ENSINO – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	555.058,17	555.058,17	385.404,89
ENSINO – [FGTS]	146.585,46	146.585,46	129.383,75
ESPORTE E LAZER – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	104.427,57	104.427,57	93.054,29
ESPORTE E LAZER – [FGTS]	36.397,13	36.397,13	31.047,54
FDO MANUT E DES EDUC BASICA E VALOR. PRO – [CONTRIBUIÇÕES PREV	9.129.129,71	9.129.129,71	8.369.500,71
FDO MANUT E DES EDUC BASICA E VALOR. PRO – [FGTS]	3.229.934,51	3.229.934,51	2.793.815,41
FINANCAS E ORCAMENTO – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	135.795,57	135.795,57	125.506,76
FINANCAS E ORCAMENTO – [FGTS]	47.232,56	47.232,56	41.812,81
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIA	214.961,69	214.961,69	196.524,04
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL – [FGTS]	75.043,39	75.043,39	65.813,51
FUNDO MUNIC. DOS DIR. CRIANCA, ADOL. E C – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDE	125.356,88	125.356,88	114.660,73
FUNDO MUNIC. DOS DIR. CRIANCA, ADOL. E C – [FGTS]	44.143,43	44.143,43	39.004,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	3.164.590,69	3.164.590,69	2.893.672,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – [FGTS]	843.472,13	843.472,13	734.328,18
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCI	207.548,24	207.548,24	189.984,22
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS – [FGTS]	46.433,22	46.433,22	40.684,09
GUARDA MUNICIPAL E TRÂNSITO – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - I	1.269.694,69	1.269.694,69	1.180.264,88
GUARDA MUNICIPAL E TRÂNSITO – [FGTS]	442.175,42	442.175,42	392.261,15
MEO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIA	45.514,65	45.514,65	43.125,21
MEO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA – [FGTS]	16.054,67	16.054,67	14.821,46
OBRAS, ENGENHARIA, URBANISMO E ASSUNTOS – [CONTRIBUIÇÕES	155.242,14	155.242,14	142.196,19
OBRAS, ENGENHARIA, URBANISMO E ASSUNTOS – [FGTS]	54.133,33	54.133,33	47.469,03
SERVICOS DE ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAL – [CONTRIBUIÇÕES	63.255,95	63.255,95	58.709,52
SERVICOS DE ESTRADAS RODAGENS MUNICIPAL – [FGTS]	22.001,72	22.001,72	19.497,80
SERVICOS JUDICIAIS E ASSESSORIAS – [CONTRIBUIÇÕES	207.756,00	207.756,00	190.471,51
SERVICOS JUDICIAIS E ASSESSORIAS – [FGTS]	72.261,76	72.261,76	63.473,20
SERVICOS MUNICIPAIS – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	966.055,45	966.055,45	893.096,69
SERVICOS MUNICIPAIS – [FGTS]	336.482,10	336.482,10	295.977,04
TURISMO – [CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS]	133.343,12	133.343,12	122.054,03
TURISMO – [FGTS]	46.240,69	46.240,69	40.275,79
DESPESA TOTAL	23.587.519,05	23.587.519,05	21.249.181,27



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Dívida Ativa - Apuração até 31/12/2022

É sabido que a tomada de providências quanto a arrecadação da dívida ativa do Município é de suma importância, tendo sido, inclusive, foco de comunicados e orientações pelas diversas entidades fiscalizatórias, entre elas o Tribunal de Contas.

Desta forma, a tomada de providências no sentido de recuperação desses valores, quer seja via judicial, quer seja administrativamente ou extrajudicial via protesto, é essencial para a consecução dos objetivos da arrecadação.

Nessa linha, segue quadro comparativo entre os valores previstos na Lei Orçamentária com aqueles efetivamente arrecadados por meio da tomada de providências para recuperação dos valores inscritos em Dívida Ativa.

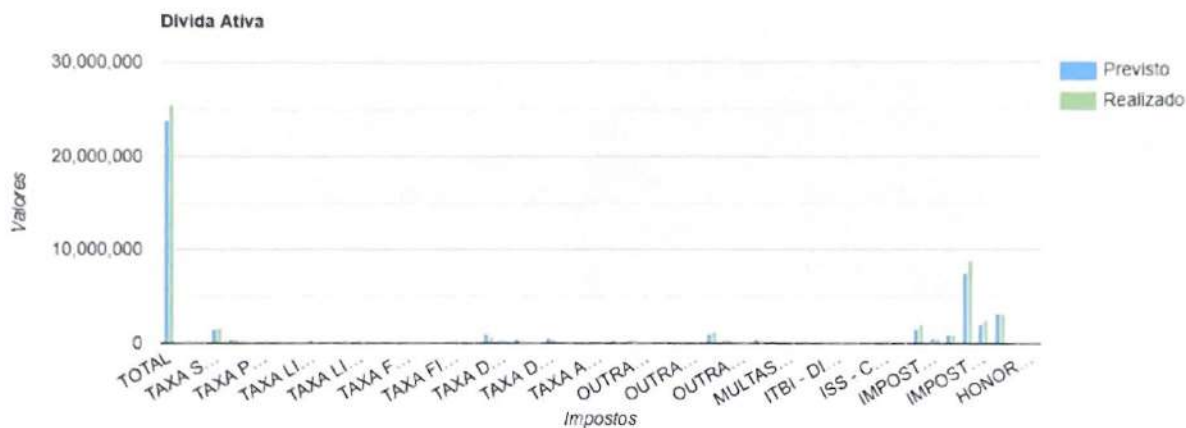
ORIGEM DA RECEITA	PREVISTO	ARRECADADO	%
HONORARIOS ADVOCATÍCIOS - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	25.000,00	30.830,47	123,32 %
HONORARIOS ADVOCATÍCIOS - DIVIDA ATIVA	15.000,00	21.322,80	142,15 %
IMPOSTO PREDIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA	3.200.000,00	3.158.826,33	98,71 %
IMPOSTO PREDIAL - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	2.100.000,00	2.447.641,60	116,55 %
IMPOSTO PREDIAL - DIVIDA ATIVA	7.500.000,00	8.906.591,76	118,75 %
IMPOSTO TERRITORIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	910.491,25	91,05 %
IMPOSTO TERRITORIAL - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	615.000,00	544.469,96	88,53 %
IMPOSTO TERRITORIAL - DIVIDA ATIVA	1.550.000,00	2.034.647,47	131,27 %
ISS - CONSTRUÇÃO CIVIL - DIVIDA ATIVA	120.000,00	173.318,13	144,43 %
ISS - CORREÇÃO MONETÁRIA	200.000,00	107.069,97	53,53 %
ISS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	60.000,00	82.874,54	138,12 %
ISS - SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	145.000,00	152.436,01	105,13 %
ITBI - DIVIDA ATIVA	2.000,00	17.720,60	886,03 %
ITBI - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.000,00	1.796,63	179,66 %
ITBI - CORREÇÃO MONETÁRIA	1.000,00	2.326,67	232,67 %
MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS - DIVIDA ATIVA	500,00	16.689,24	3337,85 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES MELHORIA - CORREÇÃO MONETÁRIA	250.000,00	215.095,87	86,04 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES MELHORIA-DÍVIDA ATIVA	400.000,00	305.754,97	76,44 %
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES MELHORIA-DÍVIDA ATIVA-MULTAS JUROS	200.000,00	133.271,01	66,64 %
OUTRAS RECEITAS - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	320.000,00	350.649,91	109,58 %
OUTRAS RECEITAS - DIVIDA ATIVA	1.000.000,00	1.288.374,57	128,84 %
OUTRAS RESTITUIÇÕES - DÍVIDA ATIVA	1.000,00	3.688,91	368,89 %
OUTRAS RESTITUIÇÕES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.000,00	0,00	0,00 %
OUTRAS TAXAS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	1.000,00	69.282,61	6928,26 %
OUTRAS TAXAS - DIVIDA ATIVA	10.000,00	36.994,36	369,94 %
OUTRAS TAXAS CORREÇÃO MONETÁRIA	300.000,00	309.097,63	103,03 %
TAXA ALVARA DE HABITABILIDADE - DIV. ATIVA	250.000,00	7.754,08	3,10 %
TAXA APROVAÇÃO DE PROJETO - DIV. ATIVA	15.000,00	8.974,00	59,83 %
TAXA ASSINATURA DE ENGENHEIRO - DIV. ATIVA	10.000,00	5.657,66	56,58 %
TAXA CONSERV. LOGRADOUROS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	25.000,00	17.814,10	71,26 %
TAXA DE COLETA DE LIXO - CORREÇÃO MONETÁRIA	500.000,00	391.512,08	78,30 %
TAXA DE CONSERVAÇÃO - DIV. ATIVA	45.000,00	32.806,78	72,90 %
TAXA DE EXPEDIENTE - CORREÇÃO MONETÁRIA	400.000,00	325.973,21	81,49 %
TAXA DE EXPEDIENTE - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	300.000,00	244.066,85	81,36 %
TAXA DE EXPEDIENTE - DIVIDA ATIVA	910.000,00	652.552,68	71,71 %
TAXA DE PUBLICIDADE - DIV. ATIVA	60.000,00	68.987,00	114,98 %
TAXA FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA - DÍVIDA ATIVA MULTAS JUROS	7.000,00	4.133,47	59,05 %
TAXA FISCAL VIGILÂNCIA SANITÁRIA-DÍVIDA ATIVA	28.000,00	16.919,09	60,43 %
TAXA FUNC TRANSPORTE COLETIVO - DIV. ATIVA	1.000,00	250,77	25,08 %



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



TAXA FUNC TRANSPORTE ESCOLAR - DIV. ATIVA	3.000,00	2.076,73	69,22 %
TAXA ILUMINAÇÃO PUBLICA - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	10.000,00	4.144,69	41,45 %
TAXA ILUMINAÇÃO PUBLICA - DIV. ATIVA	10.000,00	1.628,20	16,28 %
TAXA LIC AMBULANTES - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	2.000,00	6.577,24	328,86 %
TAXA LICEN DE AMBULANTE - DIV. ATIVA	35.000,00	49.293,06	140,84 %
TAXA LICEN E FUNCIONAM. - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	5.000,00	51.496,56	1029,93 %
TAXA LICEN FUNCIONAMENTO - DIV. ATIVA	215.000,00	200.816,59	93,40 %
TAXA OUTROS SERVIÇOS - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	15.000,00	0,00	0,00 %
TAXA OUTROS SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA	100.000,00	0,00	0,00 %
TAXA PUBLICIDADE - DIV ATIVA - MULTAS E JUROS	15.000,00	17.546,75	116,98 %
TAXA RENOVAÇÃO DE ALVARA - DIV. ATIVA	20.000,00	19.975,95	99,88 %
TAXA SERVIÇO COLETA DE LIXO - DIV. ATIVA - MULTAS E JUROS	400.000,00	350.212,68	87,55 %
TAXA SERVIÇO COLETA DE LIXO - DIVIDA ATIVA	1.500.000,00	1.673.916,18	111,59 %
TAXAS DE SERVIÇO LIMPEZA PÚBLICA - DIVIDA ATIVA	0,00	45.480,11	4548011,00 %
TAXAS OUTROS SERVIÇOS - CORREÇÃO MONETÁRIA	2.000,00	0,00	0,00 %
TOTAL	23.900.500,00	25.521.829,78	106,78 %





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Transferências Financeiras - Apuração até 31/12/2022

Conforme cronograma de desembolso mensal, os valores a transferir para o Poder Legislativo foram fixados, para o exercício em exame, no montante de R\$11.785.000,00.

Até o mês 12/2022, foram transferidos o correspondente a 100% do valor total previsto, ou seja, o equivalente a R\$11.785.000,00.

Ressaltamos que houve a devolução por parte do Poder Legislativo no montante de R\$31.848,01.

	Data	FIXADO	REPASSADO	%
JANEIRO	20/01/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
FEVEREIRO	18/02/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
MARÇO	18/03/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
ABRIL	19/04/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
MAIO	19/05/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
JUNHO	20/06/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
JULHO	19/07/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
AGOSTO	19/08/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
SETEMBRO	19/09/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
OUTUBRO	19/10/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
NOVEMBRO	18/11/2022	982.083,33	982.083,33	100 %
DEZEMBRO	14/12/2022	982.083,37	982.083,37	100 %

Salientamos que até o mês 12/2022, foram transferidos para EMUS (Empresa Municipal de Saúde), Autarquia responsável pela gestão do Hospital Maternidade Dra. Adoniram Correa Campos, o equivalente a R\$18.657.025,97, correspondendo a aproximadamente 99,22% do valor total previsto R\$18.805.000,00.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



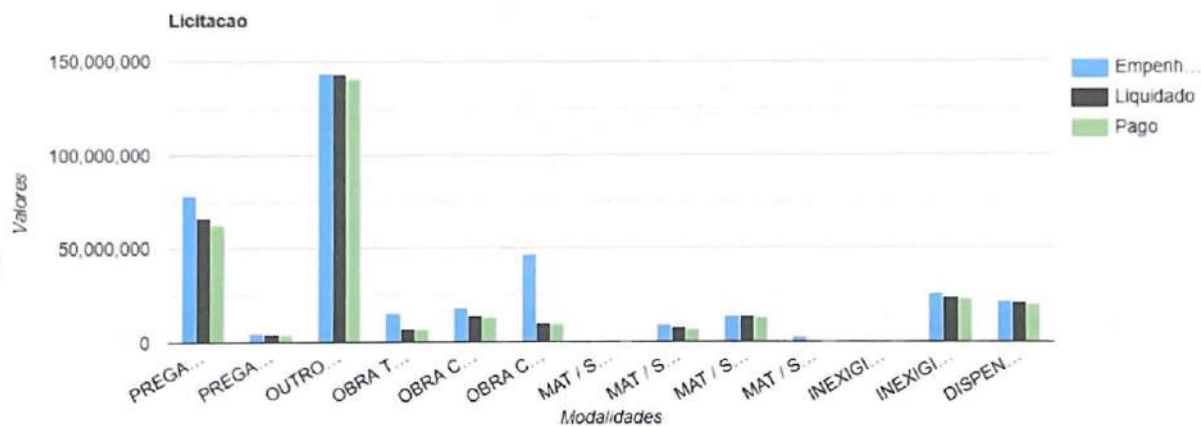
Licitações - Apuração até 31/12/2022

Na análise de despesas realizadas com licitação, dispensa ou outras não aplicáveis, constatamos que foram empenhados R\$379.196.401,15; liquidados R\$310.772.772,83 e pagos R\$302.538.593,94.

Dentro desses valores, apurou-se que 12,51% (R\$47.440.268,03) foram gastos sem licitação (dispensas e inexigibilidades) com base no valor empenhado.

Os dados a seguir melhor demonstram a situação, sendo que foram obtidos com o intuito de demonstrar o percentual de despesas sem a realização de licitação, além de eventual inconsistência entre os valores empenhados, liquidados e pagos.

DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADA	%	PAGA	%
DISPENSA	R\$ 21.631.141,71	5,70 %	R\$ 20.809.958,30	5,49 %	R\$ 20.322.323,87	5,36 %
INEXIGIBILIDADE	R\$ 25.791.063,66	6,80 %	R\$ 23.435.202,15	6,18 %	R\$ 23.371.742,15	6,16 %
INEXIGIBILIDADE (ART. 25)	R\$ 18.062,66	0,00 %	R\$ 18.062,66	0,00 %	R\$ 18.062,66	0,00 %
MAT / SERV - CONCORR	R\$ 2.733.000,00	0,72 %	R\$ 581.641,85	0,15 %	R\$ 581.641,85	0,15 %
MAT / SERV - CONCORRENCIA	R\$ 13.608.833,60	3,59 %	R\$ 13.608.233,60	3,59 %	R\$ 13.580.740,01	3,58 %
MAT / SERV - CONVITE	R\$ 9.071.802,13	2,39 %	R\$ 7.328.739,06	1,93 %	R\$ 6.958.541,73	1,84 %
MAT / SERV - TOMADA	R\$ 127.575,00	0,03 %	R\$ 117.075,00	0,03 %	R\$ 117.075,00	0,03 %
OBRA CONCORRENCIA	R\$ 46.574.662,54	12,28 %	R\$ 9.995.639,10	2,64 %	R\$ 9.885.430,24	2,61 %
OBRA CONVITE	R\$ 18.267.716,99	4,82 %	R\$ 13.836.380,76	3,65 %	R\$ 12.966.916,66	3,42 %
OBRA TOMADA	R\$ 15.607.879,67	4,12 %	R\$ 6.991.620,14	1,84 %	R\$ 6.823.426,21	1,80 %
OUTRO NÃO APLICÁVEL	R\$ 143.422.240,05	37,82 %	R\$ 143.363.963,54	37,81 %	R\$ 141.024.003,54	37,19 %
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 4.544.042,00	1,20 %	R\$ 4.323.030,34	1,14 %	R\$ 4.296.084,36	1,13 %
PREGÃO PRESENCIAL	R\$ 77.798.381,14	20,52 %	R\$ 66.363.226,33	17,50 %	R\$ 62.592.605,66	16,51 %





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Terceiro Setor - Apuração até 31/12/2022

O escopo desse acompanhamento referente ao terceiro setor, aqui, é o de apurar os valores empenhados, liquidados e pagos repassados ou transferidos às entidades do terceiro setor. Isto é, entidades da organização da sociedade civil.

O objetivo primário é o de apenas levantar os numerários, acompanhando a execução financeira, direcionando esforços para quais entidades receberam numerários e quais os maiores montantes em ações de acompanhamento específico.

Abaixo é possível verificar as despesas com terceiro setor:

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
APAE - MONGAGUA	1.108.208,57	1.108.208,57	1.108.208,57
ASSOCIACAO AMOR E VIDA	413.792,33	378.792,33	378.792,33
INSTITUTO ALPHA DE MEDICINA PARA SAUDE	18.003.962,47	16.488.573,72	16.488.573,72
TOTAIS	19.525.963,37	17.975.574,62	17.975.574,62



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Créditos Suplementares - Apuração até 31/12/2022

Conforme previsto no Art. 7º, I da Lei 4320/64, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R\$21.322.311,38 (6,46%), até 31/12/2022, obedecendo assim o limite de 10,00% previsto na Lei Orçamentária anual nº 3.205 de 09 de dezembro de 2021, o que representa uma autorização prévia de R\$33.034.400,00, do total de R\$330.344.000,00 aprovado no orçamento.

Conforme o Art 167, VI da Constituição, foram feitas transposições/remanejamentos e transferências de recursos no valor de R\$51.536.605,17, até a 31/12/2022, obedecendo assim o limite de 15,60% previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que representa uma autorização prévia 25%, ou seja, de R\$82.586.000,00, do total de R\$330.344.000,00 aprovado no orçamento.

Foram também abertos créditos adicionais autorizados em Lei específica(exceções), ou seja, sem computar o percentual aprovado na Lei Orçamentária Anual o valor de R\$65.850.460,19.

Não houveram créditos extraordinários abertos no período.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Artigo 42 LRF - Apuração até 31/12/2022

O art. 42 da LRF determina que, nos últimos 8 meses da gestão, toda despesa tenha cobertura financeira. Desta forma se, em 30/04, ocorreu sobre de caixa (saldo financeiro maior que as despesas a pagar), não poderá haver, em 31/12, insuficiência monetária para os gastos que passarão a gestão seguinte. O quadro abaixo demonstra que a disponibilidade líquida em 30/04/2022 foi de R\$49.812.284,06 e em 31/12/2022 foi de R\$38.164.372,05, **ATENDENDO** assim o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Poder: EXECUTIVO

Apuração por Órgão no período de 01/01/2022 até 31/12/2022	R\$
Disponibilidade Financeira no Final do período	49.260.502,92
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	8.234.178,89
(-) Empenho Liquidados a Pagar até o período	0,00
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	0,00
(-) Valores Restituíveis	2.861.951,98
(=) Liquidez do Período (superávit, déficit ou equilíbrio)	38.164.372,05
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	0,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	0,00
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	0,00
(=) Liquidez projetada (superávit, déficit ou equilíbrio)	38.164.372,05

Apuração por Órgão dos Últimos 8 (Oito) Meses	R\$
Disponibilidade Financeira em 30/04/2022	65.715.661,21
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04/2022	21.024,50
(-) Empenho Liquidados a Pagar até 30/04/2022	14.551.690,56
(-) Valores Restituíveis	1.330.662,09
(=) Disponibilidade Líquida em 30/04/2022	49.812.284,06

Apuração por Órgão no 6º Bimestre	R\$
Disponibilidade Financeira em 30/12/2022	49.260.502,92
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/12/2022	8.234.178,89
(-) Valores Restituíveis	2.861.951,98
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/12/2022	38.164.372,05

Comparação entre a disponibilidade líquida de 31/12/2022 e 30/04/2022 (Aumento/Diminuição em %)	-23,38
--	---------------

* Os Cálculos referentes a Apuração por Órgão dos últimos 8 meses até o mês 04 e Apuração por Órgão no 6º Bimestre até o mês 11 serão apenas representativos não sendo demonstrado pelo Audep em períodos anteriores.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Aplicação Recursos FUNDEB - apuração até 31/12/2022

O Controle Interno do Município verificou quanto ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério dos Profissionais da Educação), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que o montante das receitas foi da ordem de R\$68.069.330,51.

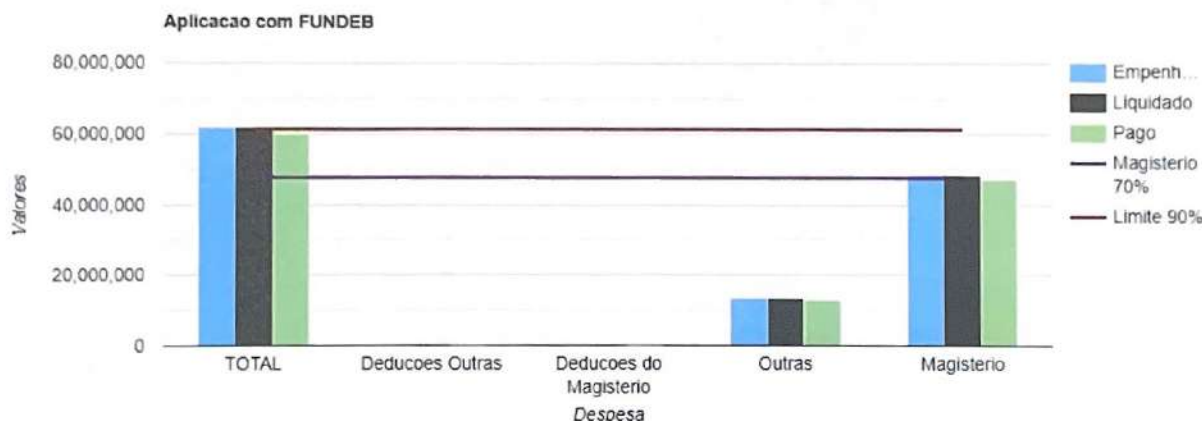
Desta forma, para que ocorra a aplicação mínima de 90% exigidas na lei supramencionada (art. 25, § 3º), será necessária a utilização de, no mínimo, R\$61.262.397,46 dos recursos do FUNDEB no presente exercício.

Ainda, R \$ 47.648.531,36, equivalente a 70% dos recursos do FUNDEB, deverão ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício da rede pública (art. 26).

Receitas do FUNDEB :						68.069.330,51
Valor de aplicação mínima (90%) :						61.262.397,46
Valor de aplicação mínima (70%) :						47.648.531,36
DESCRIPTIVO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%	PAGA	%
Magistério	48.501.007,46	71,25	48.501.007,46	71,25	47.371.464,67	69,59
Outras	13.265.830,17	19,49	13.265.830,17	19,49	12.898.468,64	18,95
Deduções do Magistério	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	61.766.837,63	90,74 %	61.766.837,63	90,74 %	60.269.933,31	88,54 %

Assim, das informações contidas acima, considerando o total da despesa empenhada, conclui-se que o Município aplicou 90,74 % dos recursos oriundos do FUNDEB dentro do exercício financeiro em que foram creditados, percentual **ATENDE** ao disposto no artigo 25, §3º, da Lei do FUNDEB.

No que tange à aplicação de no mínimo 70% da receita do FUNDEB na manutenção do magistério, constata-se com base na despesa empenhada a realização do percentual de 71,25 %, **CUMPRINDO** a determinação do artigo 26, da Lei do FUNDEB.





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Investimentos

As despesas com Investimentos são monitoradas com a finalidade de se verificar a tendência de realização desta em relação aos valores autorizados na LOA.

O quadro abaixo evidencia quanto de investimento foi empenhado em relação ao autorizado no orçamento e quanto do investimento empenhado já foi liquidado até o período em %

DESCRITIVO	DOTAÇÃO	EMPENHADA	%	LIQUIDADADA	%
AUXÍLIOS	252.119,93	252.119,92	100,00	252.119,92	100,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	74.980.020,02	64.464.942,37	85,98	17.151.919,15	26,61
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.560.131,17	7.454.245,30	77,97	7.433.090,07	99,72
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	2.232.400,00	2.231.900,46	99,98	2.231.900,46	100,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.850.000,00	3.844.072,03	99,85	3.844.072,03	100,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	306.507,78	300.507,78	98,04	300.507,78	100,00



FALHAS E/OU IRREGULARIDADES CONSTATADAS

Verificamos, porém, algumas falhas, conforme papeis de trabalhos arquivados neste Órgão de Controle Interno, as quais foram objetos de recomendação aos setores envolvidos, para que não mais venham ocorrer, já que, reincidências poderão comprometer a gestão do Administrador Público. Foi constatado por esta Unidade de Controladoria:

- Defasagem de funcionários em diversos setores;
- Necessidade de nomeação de "Ouvidor Municipal";
- A Administração apesar dos esforços ainda tem recebido alertas do Tribunal de Contas, ao longo do ano, notificando necessidade de adequação aos mínimos legais de aplicação na Educação durante o exercício;
- A Administração apesar dos esforços ainda não obteve êxito em atender em plenitude as determinações do Acórdão 87/2010.
- Necessidade de atualização e/ou instauração de normas para melhor andamento das demandas públicas e sua gestão (Lei de Adiantamentos, PDTI, LGPD, CARTA DE SERVIÇOS AO USUARIO e etc);
- Escassez de profissionais na área de Planejamento para elaboração e acompanhamento da execução do PPA, LDO e LOA.
- Premência pela reestruturação de setores e quadro funcional.



RECOMENDAÇÕES E PROVIDÊNCIAS QUANTO ÀS FALHAS DETECTADAS.

- ❖ Foi Oficializado ao Diretor de Planejamento, acerca providências para implementação de PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), atualização da Lei de Adiantamentos entre outras demandas;
- ❖ Também foi expedida sugestão ao Ex. Sr. Prefeito referente a necessidade de nomeação de "Ouvidor Municipal", tal qual a necessidade de colocação de funcionários nos setores de Controladoria, Finanças, Administração Geral, Educação e Planejamento;
- ❖ Cabe ressaltar que ao decorrer do ano houve chamamento através de concurso público (mais de 1000 convocações totais), sanando a necessidade de funcionários em alguns dos setores supracitados, restando necessidade nos restantes, principalmente nas áreas de Planejamento e Controladoria;
- ❖ Denote-se que os percentuais de aplicação de recursos na Educação foram realizados de acordo com os mínimos legais até o encerramento do ano 2022.
- ❖ Ao final do ano de 2022 o Ex. Sr. Prefeito deu inicio a processo de **REFORMA ADMINISTRATIVA** de âmbito geral, buscando regularizar amplas demandas quando a estruturação de cargos e setores e demais necessidades, afim de aprimorar ainda mais os serviços prestados pra esta Prefeitura de forma cada vez mais adequada aos preceitos legais e regulatórios.
- ❖ No decorrer do exercício de 2022 por meio dos exames realizados por esta Unidade de Controladoria, constatamos falhas nos procedimentos administrativos no âmbito desta Prefeitura, que não comprometem a lisura e a legalidade da despesa, por se tratar de falhas técnicas. O que frequentemente ocorre são erros formais em processos, como prazos que deixam de ser observados e algumas divergências nas prestações de adiantamentos de fundos. Assim, considerando que foram parcialmente tomadas as providências cabíveis em decorrência as irregularidades apontadas, e considerando, ainda, que não houve prejuízos à Administração entendemos que, desde já, fiquem em alerta os setores responsáveis para que falhas como estas não mais venham ocorrer no âmbito desta Municipalidade;
- ❖ Procuramos, no presente **RELATÓRIO**, enfatizar os principais aspectos da gestão financeira do exercício encerrado, com clareza e objetividade, **evidenciamos que de forma geral a Prefeitura cumpriu e vem cumprindo a legislação vigente**, em especial o processamento da despesa e as normas legais quanto à execução orçamentária, financeiras e patrimoniais, pelo que opinamos pela regularidade dos atos praticados e emitimos o Certificado de Auditoria que acompanha este Relatório, e colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessárias.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



QUADRO SINTESE

Ao final apresentamos o respectivo quadro-resumo, oferecendo, ao Ex. Sr. Prefeito, visão panorâmica da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do quadrimestre e do ano:

Quais os projetos governamentais cujas metas físicas estão bem abaixo do proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Projetos se enquadraram dentro do estabelecido. Todavia há necessidade de definir de maneira mais clara as metas a serem cumpridas.
Quais os projetos governamentais cujos custos estão bem acima do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Projetos se enquadraram dentro do estabelecido. Todavia há necessidade de definir de maneira mais clara as metas a serem cumpridas.
Emitiu o Tribunal de Contas alerta no processo de Acompanhamento da Gestão Fiscal – Acessório, notificando que a receita se comporta abaixo do esperado, o que exige contenção da despesa não obrigatória?	Não
A arrecadação da dívida ativa vem superando a baixa arrecadação do último exercício?	Sim
O Tribunal de Contas fez alerta notificando que o Município pode não atingir os mínimos constitucionais e legais da Educação?	Sim – Toda via os percentuais legais foram atingidos dentro do prazo legal.
Desde o início do exercício, qual o percentual aplicado na educação infantil e no ensino fundamental?	25,85%
Desde o início do exercício, qual o percentual aplicado sobre o Fundeb já recebido?	90,74%
Desde o início do exercício, quanto do Fundeb foi empregado na remuneração do magistério da educação básica?	71,25%
Caso haja determinação do Tribunal de Contas, está sendo utilizada a parcela faltante do Fundeb de anos anteriores?	Sim
Desde o início do exercício, quanto já foi pago a título de precatórios judiciais?	RS10.084.072,3
Nessa marcha de pagamento judicial, o Município deve honrar, até o final do ano, o valor do último mapa orçamentário e mais a anterior dívida judicial, esta última segundo as mais recentes determinações do Supremo Tribunal Federal – STF?	Sim – Esta Prefeitura segue o Plano Anual de pagamentos homologado pelo T.J.
Desde o início do exercício, qual o percentual empregado em ações e serviços de Saúde?	33,45%



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



O Tribunal de Contas fez alerta notificando que o Município pode não atingir o mínimo constitucional da Saúde?	Não
Desde o início do exercício, qual foi o resultado da execução orçamentária?	R\$357.628.436,66(Receitas Realizadas) R\$341.137.618,99(Despesas liquidadas) R\$16.490.817,67(Superávit Orçamentário)
O déficit de execução orçamentária está amparado no superávit financeiro do ano anterior?	X
Emitiu o Tribunal de Contas alertas quanto a possível déficit da execução orçamentária e abatimento insuficiente dos restos a pagar?	Não
Desde o início do exercício, a Prefeitura recolhe os encargos sociais (INSS, PASEP, FGTS, regime próprio de previdência)?	Sim
Em caso negativo, qual o valor devido por tipo de contribuição?	X
A Prefeitura está adimplente com os parcelamentos de encargos sociais?	Não há parcelamentos.
Desde o início do exercício, quanto foi repassado para entidades do Terceiro Setor?	R\$19.525.963,37
A entidade, em sua página eletrônica, mostra, em tempo real, receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, em conformidade com o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal?	Sim
A entidade está atendendo os requisitos previstos na Lei de Acesso à Informação?	Sim
Em caso contrário, quais dispositivos não estão sendo devidamente atendidos?	X
Desde o início do exercício, qual o percentual empregado em despesas com pessoal?	38,08%
Desde o início do exercício, qual o valor empregado em despesas com encargos sociais?	R\$23.587.519,05
Desde o início do exercício, qual o percentual arrecadado de dívida ativa em relação ao % estimado?	106,78%
Desde o início do exercício, qual o valor arrecadado de dívida ativa?	R\$25.521.829,78
Existe andamento, projeto ou planejamento de reforma ou alteração administrativa no município?	Sim



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



CONCLUSÃO

Procuramos, no presente **RELATÓRIO**, focar os principais aspectos da gestão financeira do exercício encerrado, com clareza e objetividade, **evidenciamos que de forma geral a Prefeitura cumpriu e vem cumprindo a legislação vigente**, em especial o processamento da despesa e as normas legais quanto à execução orçamentária, financeiras e patrimoniais, pelo que esta **Controladoria opina pela regularidade dos atos praticados** e emitimos o Certificado de Auditoria que acompanha este Relatório, e colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessárias.

É o Relatório.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de minha estima e consideração.

Mongaguá, 31 de março de 2023

Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Construindo uma nova história



PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



CERTIFICADO DE AUDITORIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS 2022

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ / SP
Período: Janeiro a Dezembro de 2022.

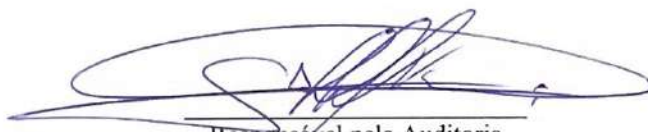
Examinamos os registros e as demonstrações contábeis, bem como os documentos que deram origem aos elementos constantes no processo de Prestação de Contas Anual.

Dos exames efetuados, verificamos que os registros contábeis refletem adequadamente as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Prefeitura Municipal de Mongaguá, e que de forma geral, foram cumpridas as normas legais que tratam do processamento da despesa.

Assim, considerando que nos exames efetuados não foram evidenciadas impropriedades ou irregularidades que comprometam a probidade dos Ordenadores de Despesa e demais responsável, **nós desta Controladoria somos pela regularidade das contas do exercício de 2022.**

Mongaguá, 31 de março de 2023


Ciência da Responsável Financeira
Neli Santos
DIRETORA MUNICIPAL DE FINANÇAS


Responsável pela Auditoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER DE AUDITORIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS 2022

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONGAGUÁ / SP
Período: Janeiro a Dezembro de 2022.

Analisamos o processo de Prestação de Contas, exercício de 2022 da Prefeitura Municipal Mongaguá e **certificamos que a mesma contém todas as peças legalmente exigidas**, em consonância com a Instrução Normativa Nº 01/2020 (atualizadas pela Resolução Nº11/2021), proveniente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e que **sua entrega ocorreu dentro do prazo estipulado** pelo calendário de obrigações do Sistema AudeSP para o ano de 2023 (Comunicado GP Nº77/2022), bem como cópia de igual teor remetida ao Órgão Legislativo Municipal.


Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatado ato ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no Relatório Conclusivo, **nós desta Controladoria somos de parecer pela regularidade das contas.**

Mongaguá, 31 de março de 2023


Ciência-Responsável Área Financeira
Neli Santos
DIRETORA MUNICIPAL DE FINANÇAS


Ciência-Responsável Área Jurídica
Eduardo Cantero
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO


Responsável pela Auditoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO





PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Buscando atender no máximo as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e demais exigências legais em vigor, atesto que tomei conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2022, acompanhado do Certificado e Parecer, além dos demais documentos pertinentes.

Assim, considerando o Relatório e demais documentos apresentados pela Controladoria Geral desta prefeitura, determino que sejam:

Observadas com maior rigor todas as falhas e possíveis irregularidades, ali apontadas no intuito de corrigi-las imediatamente sob pena de responsabilização dos setores envolvidos ou responsáveis.

Encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo este relatório e demais documentos caso se façam necessários.

Mongaguá, 31 de março de 2023


Ciência Responsável Area Financeira
Neli Santos
DIRETORA MUNICIPAL DE FINANÇAS


Ciência Responsável Area Jurídica
Eduardo Cantero
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO


Ciência Responsável pela Controladoria
Gabriel V. de Araujo
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO


Marcio Melo Gomes
PREFEITO DO MUNICÍPIO ADM: 2021/2024



Construindo uma nova história